



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 20 de março de 2013

DIÁRIO DO AMAZONAS Governo e empresários defendem ICMS diferenciado para o Amazonas 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
VALOR ECONÔMICO Alckmin rejeita proposta de duas alíquotas para o ICMS 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Pimentel defende que Brasil e EUA acelerem acordos..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Unificação das alíquotas interestaduais do ICMS divide governadores 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Votação da alíquota única para o ICMS é adiada para o próximo mês..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
G-1 Congresso instala comissão especial sobre PEC da Zona Franca de Manaus 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
CBN - MANAUS • Omar sai em defesa da Zona Franca de Manaus, nesta terça (19), em Brasília..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
EBC Conferência discute nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSEMBLÉIA DO AMAZONAS Sinésio Campos quer Audiência Pública com a Suframa para debater a Zona Franca 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Governo e empresários defendem <u>ICMS</u> diferenciado para o <u>Amazonas</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Unificação da alíquota põe em risco 77% da arrecadação estadual, alerta governador Omar Aziz

Manaus - Otratamento diferenciado do **Amazonas** na unificação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) vai garantir a manutenção dos incentivos locais. Esta é a defesa do governo do Estado, da Prefeitura de **Manaus** e de empresários. Para o governador Omar Aziz, o Estado se arrisca a perder 77% da arrecadação se a diferenciação for recusada. A matéria visa acabar com a guerra fiscal.

Em audiência pública, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado analisou a proposta do **Governo Federal** de unificar a alíquota do **ICMS** em 4% a partir de janeiro de 2016, com exceção do **Amazonas**.

“Esses 77% representam perda da atividade econômica no **Amazonas**. Quando se fala que diretamente se emprega mais de 100 mil pessoas no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, se esquece que a **Zona Franca de Manaus (ZFM)** gera empregos em vários outros setores. Os benefícios não são só para cem mil pessoas, mas para quase 4 milhões de pessoas que vivem no **Amazonas**”, disse Aziz.

O governador participou da reunião acompanhado do secretário de Estado de Fazenda, Afonso Lobo e do **Superintendente da Zona Franca de Manaus**, Thomaz Nogueira. A sessão discutiu a Medida Provisória (MP) 599/2012, que cria o Fundo de **Desenvolvimento Regional**, para compensar perdas dos Estados.

“São Paulo sempre fica com o discurso de que a **Zona Franca** tem muitos benefícios, mas São Paulo, que geralmente lidera esse discurso, também tem a maior parte dos benefícios. O **BNDES** (Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social), por exemplo, disponibilizou R\$ 321 milhões para investimentos nos últimos quatro anos, desse valor São Paulo sozinho ficou com R\$ 81 milhões”, disse Omar.

O presidente do Centro da Indústria do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco, disse que o Estado não está pedindo favor, pois o direito está previsto na Constituição.

“A competitividade do **PIM** já foi muito reduzida com outras mudanças tributárias, como é o caso da Lei de Informática. A cobrança de **ICMS**, com essa unificação, será no Estado de destino e como sabemos que pouco do que produzimos fica efetivamente aqui, esses outros Estados ganham, por isso o interesse em aprovar logo essa mudança”, comentou Périco.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Antônio Silva também defendeu a diferenciação, explicando que não se pode igualar o **Amazonas** a outras unidades da Federação, que estão mais próximas dos grandes centros consumidores.

Na audiência, o senador Eduardo Braga destacou as perdas locais com o esfriamento da economia. “O **Amazonas** teve uma perda de 7% do **PIB** (Produto Interno Bruto), em função da queda de consumo dos bens produzidos pelo polo industrial em uma concorrência desleal, não em relação à concorrência com produtos de São Paulo, mas contra produtos vindos de outros países com isenção fiscal, **importando** empregos de outros países”.

Prefeito participa de debate do pacto federativo

O prefeito Arthur Virgílio Neto anunciou viagem a Brasília, onde vai acompanhar a discussão sobre o Pacto Federativo, com o presidente do Congresso, da Câmara de Deputados, governadores e prefeitos de várias cidades.

“Se eu perceber que tem alguma possibilidade de ajudar o município, eu farei. Se perceber que tem alguma aberração contra nós, eu protestarei e se perceber que tá tudo bem, eu vou ficar calado”, disse.

Entre as propostas nacionais estão a mudança do indexador das dívidas e uma emenda que proíbe a criação de novas despesas para administrações sem as respectivas receitas.

Já o **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus**, Thomaz Nogueira, observou que mais de 40% da renúncia fica com o Sudeste.

A votação da proposta estava prevista para a próxima terça-feira, mas foi adiada para abril, sem data

definida, informou o presidente da Comissão, senador Lindberg Farias (PT-RJ).

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Alckmin rejeita proposta de duas alíquotas para o ICMS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Ribamar Oliveira e Yvna Sousa | De Brasília

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que se for para aprovar duas alíquotas interestaduais de 7% e 4% para o Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**, como desejam os governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, é melhor deixar a legislação do tributo como está, "encerrar o assunto e ir cuidar de outras áreas". Atualmente, as alíquotas são de 12% e 7% e a proposta apresentada pelo governo prevê a unificação da alíquota em 4%.

Houve muito mais divergências entre os oito governadores que participaram da audiência do que pontos em comum, o que pode explicar o fato de o presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), após encontro com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, ter adiado a data de votação do projeto que unifica a alíquota do **ICMS**.

Inicialmente, Lindbergh queria votar o projeto no dia 26 de março. Ontem, após a reunião com Mantega, Ideli e líderes partidários no **Ministério** da Fazenda, informou que a votação foi adiada para abril, ainda sem data definida. Segundo ele, o relator do projeto, senador Delcídio do Amaral (PT-MS), pediu mais tempo para avaliar o assunto e procurar um acordo com os governadores e os secretários de Fazenda.

Alckmin lembrou que a União concordou em gastar quase meio trilhão de reais para compensar os Estados que vão perder com a unificação da alíquota interestadual do **ICMS** em 4% e para montar um fundo de **desenvolvimento regional**. Tudo isso, observou, com o objetivo de acabar com a "guerra fiscal" entre os Estados. O gasto com as perdas é estimado pelo **Governo Federal** em R\$ 8 bilhões por ano, durante 20 anos. Além disso, serão destinados R\$ 296 bilhões para a redução das desigualdades regionais.

"O objetivo de acabar com a guerra fiscal não será alcançado com uma alíquota interestadual do **ICMS** alta e assimétrica", disse Alckmin, numa referência aos 7% e 4%. "Não há razão para os brasileiros gastarem meio trilhão de reais para não resolver nada", afirmou. "Essa mudança não faz sentido, vai desagradar todo mundo e tudo vai ficar no

mesmíssimo lugar, além do que não mudará nada para a economia", afirmou o governador paulista. "É melhor encerrar o assunto e cuidar de outras áreas, porque acho que podemos avançar em muitas áreas", acrescentou.

A audiência pública contou também com a presença dos governadores do **Amazonas**, Omar Aziz (PMN), do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), do Piauí, Wilson Martins (PSB), do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), do em exercício do Pará, Helenilson Pontes, de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB). Os governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste disseram que foi a concessão de incentivos fiscais que permitiu a instalação de indústrias nas regiões mais pobres do país.

"A guerra fiscal pode não trazer vantagens em termos de federação, mas, **regionalmente**, foi o grande instrumento de **desenvolvimento** dos Estados ao longo dos últimos 20 anos", disse o governador Puccinelli. "Nós trocamos **ICMS** para gerar empregos para os nossos Estados", argumentou. "Se aprovar a alíquota única de 4%, muita gente vai fechar", afirmou. O governador Omar Aziz, sentado ao lado do governador Alckmin, também defendeu a concessão de incentivos. "O empresário não faz favor, ele visa o lucro e só vai para uma região como a nossa para ter benefícios, lucro, não para fazer favor ou assistência social", disse.

Aziz defendeu a manutenção da alíquota diferenciada de 12% para a **Zona Franca** de **Manaus**, conforme previsto no texto enviado pelo governo. Segundo ele, se a **Zona Franca** não tiver diferenciação, o **Amazonas** perderá 77% de sua receita com o **ICMS**. Ele apresentou dados mostrando que hoje mais da metade dos gastos do **Governo Federal** com benefícios tributários vão para a região Sudeste e que São Paulo é quem mais se beneficia com os empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de **Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. "Nós estamos defendendo a sobrevivência de Estados que fazem parte do **Brasil** e têm problemas diferenciados", argumentou.

O governador em exercício do Pará disse que se mantida a alíquota interestadual de 12% para o **Amazonas**, como está na proposta encaminhada pelo governo, os demais Estados da região Norte também vão querer o mesmo

tratamento. "Nós vivemos com as mesmas dificuldades do **Amazonas** e enfrentamos os mesmos problemas de desigualdades e, portanto, temos direito ao mesmo tratamento", afirmou Helenilson Pontes.

O governador do Piauí pediu modificações nas receitas do fundo de **desenvolvimento regional**, previsto na Medida Provisória 599. Para ele, a maior parte dos recursos deve vir do Orçamento Geral da União e não de financiamentos. A proposta do governo prevê que apenas 25% dos recursos do fundo virão do Orçamento. O governador Puccinelli disse que se o fundo de compensação das perdas, também previsto na MP 599, não for constitucionalizado e não tiver receitas definidas, não será aceito.

Alckmin afirmou que apoia a proposta do governo apresentada em novembro aos governadores, que prevê a

unificação da alíquota do **ICMS** em 4%, com prazo de transição de oito anos. Ele afirmou que a proposta encaminhada ao Congresso, em dezembro, foi modificada em vários pontos, incluindo a ampliação do prazo de transição para 12 anos, sendo que durante cinco anos as alíquotas serão de 7% e 4%. Além disso, o governo propôs alíquota interestadual de 12% para o gás natural boliviano e para o **Amazonas**. Com as novas condições, segundo ele, o Estado de São Paulo vai perder R\$ 2,3 bilhões em 2014, R\$ 4,6 bilhões em 2015, R\$ 6,2 bilhões em 2016. "Um fundo de compensação de R\$ 8 bilhões é insuficiente, pois somente São Paulo perderá R\$ 6,2 bilhões a partir de 2016", afirmou. (Colaboraram Edna Simão, Máira Magro e Eduardo Campos)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO PIMentel defende que <u>Brasil</u> e EUA acelerem acordos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Propostas discutidas com secretária de comércio incluem setor tributário e investimentos

BRASÍLIA

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Fernando **PIMentel**, propôs ontem à secretária interina de **Comércio** dos EUA, Rebecca Blank, que os dois países acelerem as negociações para firmar acordos bilaterais nas áreas tributária, de investimentos, serviços e transportes. O gesto de **PIMentel**, divulgado pela assessoria do **MDIC**, mostra que o governo não está disposto a esperar pelos vizinhos do **Mercosul** para firmar tratados econômicos. A exceção é para o **comércio** de produtos propriamente dito, que tem a Tarifa Externa Comum (TEC) como referência.

"Diferentemente de acordos comerciais, em que seria necessário negociar em conjunto com os demais países do **Mercosul**, nessas áreas o Brasil pode negociar diretamente com um segundo país, sem a necessidade de aprovação do bloco", diz a nota. Nela, **PIMentel** afirma que "devemos explorar todas as possibilidades de avanços bilaterais enquanto nos preparamos dentro do **Mercosul** para uma negociação madura com os EUA."

PIMentel e Rebecca Blank se reuniram no 8º Fórum de CEOs Brasil-EUA. No encontro, **PIMentel** disse à secretária esperar por uma decisão da Justiça americana favorável à Embraer. No fim de 2012, a empresa brasileira venceu uma licitação para fornecer 20 aviões de ataque à Força Aérea dos EUA, mas a concorrente americana Hawker Beechcraft contestou na Justiça o resultado da licitação. O ministro pediu a abertura do **mercado** americano para carnes brasileiras. Como resposta, Blank disse que "está otimista com o que virá".

Durante o fórum, empresários discutiram a criação de um projeto-piloto para permitir a implementação do Global Entry, programa que facilita a passagem de brasileiros pela alfândega americana, principalmente empresários. Segundo Josué Gomes da Silva, presidente da seção brasileira do fórum, em quatro meses será feito um teste inicial. O programa, ressaltou, permitirá que os viajantes pré-aprovados evitem filas nos aeroportos americanos. (Eliane Oliveira e Cristiane Bonfati)

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Unificação das alíquotas interestaduais do <u>ICMS</u> divide governadores		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A divisão entre os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e os estados do Sul e Sudeste em relação à unificação das alíquotas interestaduais do ICMS ficou clara, nesta terça-feira, em reunião de oito governadores na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado com a presença de vários deputados.

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços é o principal imposto estadual e, para atrair investimentos, vários governadores abriram mão de receitas, reduzindo suas alíquotas desse tributo.

Para acabar com isso, o Governo Federal propôs, por meio de projeto de resolução do Senado, a redução e a unificação das alíquotas que hoje são de 7% a 12% para 4%. Em uma medida provisória (599/12), são propostos dois fundos para compensar as perdas.

Autonomia estadual

Para o governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, o Governo Federal não pode tirar a autonomia dos estados em relação ao ICMS: "Como é que vamos perder a autonomia sobre o nosso tributo, que nós no Centro-Oeste nos valemos da eficiência arrecadatória das nossas máquinas, se as transferências nem sequer complementam o restante?"

Segundo Puccinelli, também foi criado um fundo para compensar as perdas da retirada dos impostos das exportações; mas ele nunca funcionou direito.

Já o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, afirmou que o Governo Federal está correto: "É menos hospital, é menos escola, é menos saneamento. E faz renúncia fiscal para quem não precisa. Não é para a padaria da esquina, são multinacionais bilionárias, que têm lucros enormes no Brasil."

Falta equilíbrio regional

O governador do Amazonas, Omar Aziz, disse que a guerra fiscal é fruto da falta de políticas de equilíbrio regional. Segundo ele, nos últimos quatro anos, o BNDES emprestou R\$ 321 bilhões, sendo que R\$ 81 bilhões foram para São Paulo.

O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, é favorável às mudanças, mas disse que as discussões tributárias vão ficar em segundo plano, caso prevaleça o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o pagamento imediato dos precatórios, que são as dívidas do setor público já definidas na Justiça. Hoje o pagamento pode ser parcelado em 15 anos.

"Essa decisão do Supremo não mediu as consequências da sua aplicação", disse Tarso Genro. "Porque, se for aplicada de maneira coerente com o debate que foi feito no Supremo, sem avaliação das consequências, vai chegar um momento em que vão ser determinadas intervenções nos estados e municípios... Para quê? Para determinar que a União emita dinheiro para pagar os precatórios?"

Muitos governadores também citaram a necessidade de rever imediatamente a correção das dívidas dos estados com a União e a redistribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), temas que vêm sendo discutidos no que vem sendo chamado de novo pacto federativo.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Votação da alíquota única para o <u>ICMS</u> é adiada para o próximo mês		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por causas das divergências dos governadores sobre o projeto de resolução do Senado (1/13) que unifica as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), a votação da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) daquela Casa foi adiada de 26 de março para abril, em data que ainda vai ser definida.

Também para falar da unificação das alíquotas interestaduais do ICMS, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, vai participar de audiência pública na comissão nesta quinta-feira (21) pela manhã.

Além do projeto de resolução, ele deve explicar a medida provisória (MP 599/12) que cria dois fundos para compensar as perdas dos estados com a redução e a unificação das alíquotas do ICMS - que hoje são de 7% a 12%, para 4%.

Negociação com governadores

O presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), explicou que o adiamento da votação do projeto de resolução foi necessário, porque o relator da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS), pediu mais tempo para avaliar o tema e conversar com governadores e secretários estaduais de Fazenda.

"Delcídio pediu tempo e eu acho que tem razão, no sentido que ele quer conversar com um a um, porque já está havendo várias conversas bilaterais. Nas audiências públicas, é natural que cada um, quando expõe suas posições, as exponha de forma integral. Nas negociações que estão acontecendo, não", disse Lindbergh.

De acordo com o senador, "tem muito consenso surgindo". Ele observou que o relator quer, inicialmente, ouvir o ministro da Fazenda e, depois, "entrar numa rodada de negociações com os secretários, e, na quinta-feira, apresentar

outra data [para votação do projeto de resolução]". Os dois concordam em votar a proposta em abril.

Mudanças no texto

Lindbergh Farias e Delcídio Amaral participaram, nesta terça-feira (19), de uma reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Delcídio Amaral destacou que ainda é possível negociar mudanças no texto do projeto que unifica as alíquotas do ICMS.

Ele também afirmou que a audiência com Mantega deve ser a última antes de ele apresentar seu relatório. "O período de audiência pública tem que terminar agora, na quinta-feira, com o fechamento do ministro Guido Mantega. Nós fizemos audiências públicas em número suficiente. Inclusive muitos - vocês acompanham isso de perto - secretários de Fazenda, governadores, até as palavras que eles usam são as mesmas."

"Agora é o seguinte: é chegado o momento de uma conversa, de um diálogo direto com os secretários de Fazenda e com os governadores, para a gente buscar um texto compatível", ressaltou Delcídio. "Ao mesmo tempo, também, entender o papel que o Executivo terá, especialmente o Ministério da Fazenda, para que a gente chegue a bom termo nessas negociações." De acordo com o relator, o Ministério da Fazenda está aberto para fazer a discussão com os governadores e analisar os pedidos que vão ser feitos.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Congresso instala comissão especial sobre PEC da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

PEC aguardava designação da Comissão Especial há mais de um ano.

Demora foi por conta da eleição de 2012, diz relator da PEC.

Eliena Monteiro Do G1 AM

Quase dois anos após a presidente Dilma Rousseff anunciar a prorrogação da Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais 50 anos, uma comissão especial na Câmara dos Deputados, em Brasília, vai acompanhar a elaboração do documento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 103/201. De acordo com o relator da PEC, deputado federal Átila Lins (PSD/AM), a partir desta quarta-feira (20), começam as dez sessões para a apresentação de emendas à proposta. "Após a Semana Santa, começamos efetivamente os debates", afirmou.

A PEC aguardava a designação da Comissão Especial há mais de um ano. O anúncio da prorrogação da ZFM foi feito pela presidente, Dilma Rousseff, em outubro de 2011 durante a inauguração da Ponte Rio Negro, em Manaus. Na época, ela encaminhou a proposta à Câmara dos Deputados.

De acordo com Átila Lins, o pleito de 2012 atrapalhou o andamento da proposta. "Os partidos precisavam indicar os membros que participariam da Comissão Especial. Como muitos estavam envolvidos nas eleições, a discussão sobre PEC não avançou", disse.

Otimismo na aprovação

Segundo o deputado, com a instalação da Comissão Especial, a PEC deve ser aprovada até o fim de 2013. "Este ano tem que aprontar, porque no próximo ano tem eleição. Se não aprovarmos, pode complicar, como aconteceu em 2012", afirmou Lins.

A expectativa é que até o fim de maio a proposta seja devolvida à Presidência da Câmara, que analisa o documento em pauta. Depois, a PEC volta para a Comissão Especial para receber adequações. "O relator verifica se há algum equívoco nas emendas apresentadas. Por isso, há a necessidade de um relator do Amazonas, que conhece as necessidades da região", argumentou Lins. Após as alterações, o documento volta para a Câmara, que depois envia ao Senado Federal para a aprovação. A Comissão Especial tem até 40 sessões para concluir os trabalhos.

O deputado garantiu que a população dos estados envolvidos no tema será ouvida em audiências, o que deve ajudar na construção e adequação da PEC. "Vamos aprovar um roteiro que permita a participação da sociedade nos debates, mesmo que seja por meio de representantes", disse.

A bancada do Amazonas deve se reunir para preparar a defesa da PEC diante do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), e dos demais parlamentares. "Vamos mostrar, através de estudos, que a ZFM impediu a devastação de áreas no Amazonas, porque houve investimento na geração de emprego na área urbana do Amazonas".

Segundo Lins, provavelmente, a proposta receberá apoio da base aliada da Presidência da República. "Como a proposta é da presidente Dilma, a bancada aliada deve nos ajudar, porque é um compromisso dela com o Amazonas". De acordo com o deputado, a PEC deve beneficiar a Amazônia Ocidental - Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima - e o Amapá, estado que também recebe incentivos fiscais.

	VEÍCULO CBN – MANAUS	EDITORIA	
	TÍTULO • Omar sai em defesa da <u>Zona Franca de Manaus</u>, nesta terça (19), em Brasília		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

19/03/13 – O governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), enfrenta, nesta terça-feira (19), o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), em defesa da manutenção dos benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus (ZFM).

O embate entre os governadores do maior Estado da Federação e do Estado dono da economia mais forte do país será na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Ao mesmo tempo, será realizada a instalação da Comissão Especial da Zona Franca, na Câmara Federal.

O secretário da Fazenda do Amazonas, Afonso Lobo, que acompanha Omar, disse que todas as articulações e discussões relativas à alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) “fazem parte da liturgia e amadurecimento da questão.”

Os parlamentares do Amazonas estão otimistas. Henrique Oliveira (PR) disse que a briga será “pesada”. Apesar de otimista, ele está preocupado com a presença de muitos parlamentares da região, o que, para Henrique, “pode

ser um fator complicador”, já que esses parlamentares têm feito discursos e apresentado projetos em que reivindicam zonas francas para seus Estados.

Silas Câmara (PSD) espera que, com o apoio da presidente Dilma Rousseff (PT), os benefícios do modelo Zona Franca de Manaus sejam estendidos aos municípios da Região Metropolitana.

Durante e última audiência em que o assunto foi discutido, os secretários da Fazenda discordaram sobre a questão. As regiões Sul e Sudeste apoiam a unificação das alíquotas interestaduais em 4%. Já as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste defende uma convergência de 7% e 4%.

	VEÍCULO EBC	EDITORIA	
	TÍTULO Conferência discute nova Política Nacional de <u>Desenvolvimento Regional</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Abertura da Conferência do Desenvolvimento e da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (Sueli de Freitas)

A criação de instrumentos para gerar maior dinamismo nas regiões que apresentam renda inferior à média nacional deve nortear a formulação da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional. O tema foi debatido hoje pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que participou da abertura da terceira edição da Conferência do Desenvolvimento (Code/Ipea) e da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR). O evento acontece até quinta-feira (21) no Centro de Eventos Brasil_21, em Brasília, com a presença de 443 delegados eleitos nos estados.

Segundo o ministro, toda a discussão que está acontecendo no Congresso Nacional sobre pacto federativo, distribuição dos royalties do petróleo, alíquota de ICMS e Fundo de Participação dos Estados tem a ver com a redistribuição da receita pública entre os entes federados. Para Bezerra, qualquer política de tecnologia, inovação e investimentos em pesquisa tem que ter um “recorte regional”. Ele também defendeu que projetos de infraestrutura cheguem às regiões mais carentes, como o norte do país, para a integração com as demais regiões.

A partir dessa conferência, o Governo Federal pretende, num prazo de 180 dias e envolvendo dezesseis Ministérios, construir uma nova versão da PNDR. “Em dez anos, nenhuma região do país deverá ter renda média inferior a 75% da média nacional”, disse o ministro.

Prêmio

No início do evento, foram apresentados os vencedores do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional (CNDR). Uma das ganhadoras é a socióloga Marcela Pessoa, autora da tese sobre o Programa de Combate à Pobreza Rural com políticas públicas para desenvolvimento socioeconômico do Vale de Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Na sua avaliação, ainda há um longo caminho a percorrer para que as comunidades do Vale do Jequitinhonha se integrem ao desenvolvimento regional sustentável. Entre os desafios apontados pela pesquisadora estão a falta de capacitação para acesso aos mecanismos de participação social e as interferências negativas nas políticas públicas das relações clientelistas e paternalistas situadas na localidade.

	VEÍCULO ASSEMBLÉIA DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Sinésio Campos quer Audiência Pública com a <u>Suframa</u> para debater a <u>Zona Franca</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fazendo eco à luta do governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), em Brasília, em defesa da Zona Franca de Manaus, o líder do Governo na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM), deputado estadual Sinésio Campos (PT) anunciou nesta quarta-feira (20), que vai requerer uma Audiência Pública na Casa para ouvir a Suframa a respeito dos projetos desenvolvidos ao longo dos seus 46 anos de existência, o que pode ser feito para o Estado ter uma indústria de transformação.

Sinésio lembrou que a trajetória da Zona Franca começou tendo o comércio de Manaus como a grande mola propulsora de sua implantação. Porém, com o desenvolvimento do Polo Industrial e a abertura do país às importações no Governo Collor, o modelo se concentrou na produção industrial de alta tecnologia. Mas o Amazonas ainda vive na dependência de uma legislação de incentivos fiscais que pode ser mudada a qualquer momento pelo Governo Federal.

“A Suframa tem de vir pra cá para discutir essa questão”, disse Sinésio, referindo-se à falta de alternativas para o modelo industrial de alta tecnologia, que segundo ele é um dos motivos pelos quais a ZFM fica sempre refém dos incentivos fiscais. “Por isso eu defendo o Polo Naval, porque é algo que vai ordenar o setor e promover o desenvolvimento de uma atividade que é nossa. Nós nascemos às margens da maior bacia hidrográfica do mundo, as nossas estradas são os nossos rios, e o meio de transporte é o fluvial”, argumentou.

O deputado analisa que o ordenamento da atividade da construção naval do Amazonas, que hoje é a segunda maior do país, vai criar em Manaus o Distrito Industrial III. Mas segundo o líder governista, a expansão industrial não deve focar somente nisso. “Precisamos ter indústrias que possam utilizar a nossa biodiversidade e a nossa geodiversidade, que possuem imensos potenciais para a geração de novas indústrias”, disse ele.

O debate hoje, de acordo com o deputado Sinésio Campos, “é para definir para onde pretendemos levar a indústria do nosso Estado, que rumos queremos para o nosso modelo industrial?. Ele entende que é o momento de pensar em ampliar o Polo Industrial de Manaus, para que se possa ter o Polo Naval, a indústria petroquímica e a cloroquímica e o Centro de Biotecnologia do Amazonas em plena atividade.

“Não quero que entendam que eu sou favorável a acabar com a Zona Franca, mas acho que devemos fazer o nosso dever de casa, construindo novas alternativas econômicas para que o nosso modelo não fique tão dependente de Brasília”, disse o deputado. Sinésio também criticou a atitude de muitos empresários que não se engajam na luta, mas sabem cobrar do governador e da classe política.

Fonte: Diretoria de Comunicação